

Funcionários públicos em campanha contra o projeto de Covas

A Comissão de Negociação de Funcionários Públicos, que congrega cerca de setenta entidades de servidores estaduais, já realizou, além de várias reuniões exclusivas da própria Comissão, duas plenárias, todas na Assembléia Legislativa, após o ato público ocorrido no último dia 12 de agosto. O objetivo da Comissão é dar continuidade à mobilização para impedir a aprovação do projeto do governo na Assembléia Legislativa (ver *Caderno Especial Adunicamp* de julho de 1999).

A primeira reunião plenária ocorreu no dia 18 de agosto. Foi feita uma avaliação da manifestação do dia 12 de agosto e do encontro que membros da Comissão tiveram com o líder e os vice-líderes do Governo na Assembléia, deputados Walter Feldman (líder), Milton Flávio, Roberto Engler e Edson Aparecido. Desse encontro ficou claro que o Governo não está disposto a retirar o projeto de lei que cria o Sistema de Previdência do Estado e não abre mão da contribuição dos aposentados, nem das alíquotas progressivas. A fala do deputado Edson Aparecido deixou transparecer que o governo sabe que o projeto contém inconstitucionalidades. Ainda mais, o Governo considera que a inclusão de algumas categorias de admitidos em caráter temporário (ACT) no projeto do Governo é uma concessão e que espera que o funcionalismo ceda algo em troca. Também, há avaliações de que a CPI do IPESP é o calcanhar de Aquiles do Governo.

A plenária analisou algumas propostas formuladas pela Comissão e aprovou os seguintes indicativos de encaminhamento para a continuidade da luta:

- a) Paralisação, de todos os setores do funcionalismo, no dia 17 de setembro (sexta-feira), com manifestação às 14 horas no Palácio dos Bandeirantes. Palavra de ordem: retirada do projeto. Anunciar durante a manifestação os eventos programados a seguir.
- b) Buscar moções de apoio, nas câmaras de vereadores, às reivindicações do funcionalismo.
- c) Preparar painéis e cartazes "estamos de olho nos deputados".
- d) Chuva de aerogramas sobre os deputados, modelo fornecido pela APEOESP, disponível na Adunicamp.
- e) Coletar assinaturas em abaixo-assinado pedindo que o governo retire o projeto.
- f) Organizar vigília na Assembléia Legislativa, grupos de 30-50 pessoas no plenário, com faixas, todos os dias em que há Sessão, das 14h30 às 19h.
- g) Visita aos gabinetes dos deputados e aos seus escritórios políticos inclusive em suas bases.
- h) Reforçar apoio à CPI do IPESP.
- i) A Comissão solicitará audiência com o governador e fará cobrança na manifestação caso ela não se realize até lá.

Assembléia Geral

Dia 15 de setembro (quarta-feira), às 12 horas, no auditório da Adunicamp.

Pauta:

Preparação da paralisação e da participação dos docentes no ato em frente ao Palácio dos Bandeirantes.

Relatório da Plenária da Comissão de Negociação de Funcionários Públicos

A segunda reunião plenária ocorreu no último dia 24 de agosto e teve início às 10h50.

Foi levantada, pela APEOESP, a questão dos próximos passos da campanha. Sugeriu a elaboração de novos cartazes e de matéria paga na televisão em horário nobre. A sugestão é de um clip de 1 minuto de duração, defendendo a sugestão por considerar que matéria paga na televisão em horário nobre tem grande força mobilizadora. Imediatamente levantou-se a questão do custo e da disponibilidade financeira da Comissão. Foi esclarecido que a campanha anterior (cartazes, clip de 30 segundos na televisão) custou entre 60 e 70 mil reais. Há entidades em débito.

São cerca de setenta as entidades que compõem a Comissão. Argumentou-se que cada uma deveria contribuir com mil reais no mínimo, as maiores com mais. A APEOESP declarou que tem contribuído bem (dez mil reais) e que pagou certas contas sozinha (cartazes e carro de som para a manifestação).

A ASSOJURIS de Ribeirão Preto informou que promoveu uma reunião de várias entidades com o deputado Duarte Nogueira do PSDB em 23 de agosto. Ele afirmou que não vai rejeitar o Projeto e que apresentou 21 emendas. Defenderá a inclusão dos admitidos em caráter temporário. A bancada do partido (PSDB) deverá reunir-se com o Carmona (negociador do governo) para apresentar reivindicações (não especificadas). Defenderá a tramitação normal e não em regime de urgência.

Às 11h30 entrou o deputado Elói Pietá, líder do Partido dos Trabalhadores, que havia sido convidado para expor sua visão do Substitutivo do seu partido ao Projeto de Lei Complementar nº 11 (do Sistema de Previdência do Estado). É um projeto mais inclusivo que o do governo mas ainda apresenta alíquotas progressivas (6% para até R\$1200,00 e 11% para o que exceder esta quantia até R\$12.720,00 e 25% sobre tudo que exceder esta última quantia). O deputado foi enfático, a diretriz do seu partido é rejeitar o projeto do Governo. O substitutivo é uma segunda trincheira para a eventualidade da não aprovação da rejeição. As alíquotas são por ele justificadas da seguinte maneira: a) 11% é a alíquota do regime geral de previdência, mesmo assim aplicada apenas para o que exceder R\$1200,00 até R\$12.720,00; os 25% sobre o que ultrapassa R\$12.720,00 (remuneração do governador) não precisa explicar...

A Comissão iria reunir-se às 15h com o Colégio de Líderes e para isso foi decidido apresentar aos líderes uma análise política historiando a perda de direitos que o governo quer infligir ao funcionalismo seguida de análise dos cálculos atuariais da JMaduro e, a partir da avaliação do passivo do IPESP, reiterar o pedido de que a CPI do IPESP tenha prosseguimento.

Foi agendada nova plenária para 3ª feira, 31 de agosto, às 10 horas, na Assembléia Legislativa, em São Paulo.

Assembléia da Adunicamp aprovou indicativo de paralisação no dia 17 de setembro

A Assembléia Geral Extraordinária realizada na Adunicamp no último dia 26 de agosto, aprovou em bloco, por unanimidade, as propostas indicativas da plenária das entidades do funcionalismo ocorrida no dia 18 de agosto, que incluem a paralisação geral do funcionalismo em 17 de setembro, com manifestação em frente ao Palácio dos Bandeirantes, pela retirada do projeto (ver Campanha contra o projeto de previdência do Governo Estadual). Recomendou que a diretoria da Adunicamp compareça a reuniões de docentes nas unidades para fortalecer a mobilização e preparar a paralisação do dia 17 de setembro.

Foi aprovada também a realização de uma nova assembléia no dia **15 de setembro**, quarta-feira, para preparar a paralisação e a participação dos docentes da Unicamp no ato em frente ao Palácio dos Bandeirantes.

Visite a home page da Adunicamp: <http://www.adunicamp.org.br>

Marcha dos 100 mil balança o Governo

A oposição, os sindicatos e outras entidades dos movimentos sociais populares deram demonstrações, ao governo federal, da sua capacidade de mobilização. Houve muitas avaliações conflitantes sobre os números de participantes. O Fórum Nacional de Lutas informou que de acordo com fontes da Polícia Civil, da Polícia Militar, Defesa Civil, do Corpo de Bombeiros de Brasília e da própria Polícia Federal, a manifestação reuniu cerca de 120 mil pessoas no momento de pico. A informação não foi repassada para a imprensa por determinação do Palácio do Planalto. O Governo tentou descaracterizar o ato afirmando que se tratava de uma manifestação que reunia apenas militantes e não o conjunto da população, argumento que foi repetido reiteradamente por vários meios de comunicação, especialmente pela TV Globo. O que importa é que foi o maior ato de protesto contra o Governo FHC e a sua política econômica atrelada aos ditames do FMI. E não será o último.

O Fórum Nacional da Lutas dará continuidade à mobilização cumprindo, nos próximos meses, sua agenda de lutas. Se o Presidente não mudar radicalmente sua política econômica, não chegará ao final do seu segundo mandato.

Reunião de docentes com tempo de trabalho no exterior

Dia 16 de setembro (quinta-feira), às 12 horas, na sala Multiuso da Adunicamp

Assembléia de 26 de agosto avaliou a situação dos docentes com tempo de trabalho no exterior. No primeiro semestre deste ano, a Adunicamp contratou um parecer jurídico do advogado Dr. Celso Bastos, sobre a situação desses docentes (ver *Caderno Especial Adunicamp* de junho de 1999). Uma comissão encaminhou o parecer à Reitoria, com a expectativa de que a administração da Universidade resolvesse a situação dos colegas que solicitaram a contagem de tempo para aposentadoria e aguardam resposta. A Reitoria afirmou que sua decisão sobre o caso dependeria de parecer que solicitou à Procuradoria Geral do Estado.

Na última assembléia da Adunicamp os docentes avaliaram que, em função do silêncio da Reitoria sobre o caso, é necessária a convocação de uma nova reunião do grupo para definir futuros encaminhamentos.

Comunidade universitária sofre mais uma perda

É com profundo pesar que a Adunicamp comunica o falecimento do professor aposentado **Adibe Jorge Roston**, no último dia 23 de agosto, em Campinas. O professor Roston pertenceu à Faculdade de Engenharia Agrícola e estava aposentado desde 1994.

Novo convênio

Bernadete Balanin A. Mello

Atendimento: psicoterapia (adultos e crianças) e orientação de casais.

Vantagem: desconto de 30%.

Endereço: rua Olímpia, 5 - Chácara da Barra
Campinas - ☎ 254-5513

Alterações nos convênios

Indaiatuba Viagens e Turismo

Novo e-mail: leo@montemor.com.br

<http://www.montemor.com.br>

Oferece também locação de helicóptero.

Dra. Marilene O. Trindade

Odontologia: clínica geral

Mestre e doutora em prótese - ATM

Novo telefone: (19) 294-4340

Sônia Maria Dalprat de Held

Psicóloga

Novo telefone (19) 253-4584

Expediente

Secretaria da Adunicamp:

De segunda a sexta-feira, das 8h30 às 17h30.

Vai mais um chopinho?

Sérgio Silva

Rui Coutinho não se conteve. Secretário de não sei o quê, de não sei qual ministério, mas, de qualquer maneira, uma das três autoridades federais encarregadas de opinar sobre a legalidade da fusão da Brahma com a Antártica, logo anunciou que a possibilidade de pareceres desfavoráveis é praticamente nula.

Anunciou a conclusão de pareceres ainda não elaborados e a serem fundamentados em documentação que, segundo ele mesmo informou, ainda não havia chegado a Brasília. Num país civilizado, já seria convidado a apresentar a sua demissão.

A lei anti-truste considera como monopólio o controle de mais de 20% de um mercado. As duas empresas juntas controlarão quase 40% do mercado de bebidas em geral e mais de 70% do mercado de cervejas. Por ano, realizarão vendas superiores a 10 bilhões de reais e gastarão, oficialmente, cerca de 400 milhões de reais em publicidade. Dá para ter uma idéia do poder de corrupção engarrafado nisso aí.

Uma primeira manifestação desse imenso poder: o noticiário eufórico da grande imprensa. A Globo News, exactíssima, também não se conteve e deu bandeira. Anunciou que os "dirigentes empresariais" chegaram a Brasília de surpresa, para darem a notícia ao Presidente, e foram imediatamente recebidos. É claro.

Sérgio Silva é professor convidado do IFCH e ex-presidente da Adunicamp.

Enfim, o governo gera empregos

Carlos Rodrigues de Souza

O governo acaba de autorizar um aumento de 24 para 26% no percentual de álcool carburante que é acrescentado à gasolina. Bom para os usineiros que, desta forma, escoam nos nossos tanques o enorme estoque de entulho que tem enalhado, sem compradores no mercado. Os usineiros não se preocupam em produzir com eficiência, detestam pagar impostos e, no entanto, sempre tem a vida facilitada pelos governos; até sua dívida já foi perdoada. Agora vem mais esta. Péssima notícia para nós cujos carros não foram ajustados para consumir esta porcaria de mistura.

O governo vem, seguidamente, autorizando aumentos para os combustíveis; agora quer que consumamos álcool, pagando a preço de gasolina. Sei de postos que vendem álcool por menos da metade do preço da gasolina. E ninguém compra. Se isto não for estelionato, não sei o que seja. Garanto que os usineiros prometeram ao governo gerar milhares de empregos. Acho que se referem aos milhares de mecânicos que, outra vez às nossas custas, farão o ajuste e a descarbonização de nossos carros. Não é possível que este governo queira nos custar mais caro que o próprio combustível tem custado. Mas é isso mesmo.

Carlos Rodrigues de Souza (Chefinho) é professor da FEEC e ex-diretor de imprensa da Adunicamp.

AGF Brasil e Seguralta Seguros criam seguro próprio para docentes

A Adunicamp, pensando em sua tranquilidade e segurança, firmou convênio com a AGF Brasil Seguros e com a Seguralta Corretora de Seguros. Elas lhe oferecem um plano singular.

Vida em grupo+assistance voyage+assistência funeral em um único seguro para associados de até 94 anos, extensivo a cônjuge e filhos. Verifique a tabela com as coberturas ao lado.

Assistance voyage: no Brasil e exterior (de acordo com as exigências da Unicamp para afastamento de docentes para estudos, trabalhos ou participação em eventos no exterior).

Garante ao segurado: assistência médico-hospitalar; repatriação em caso de acidente ou doença; assistência odontológica; assistência farmacêutica; orientação em caso de

perda de documentos; remoção hospitalar em caso de acidente ou doença; localização de bagagem e muito mais.

Assistência funeral: cobertura em todo o território nacional e traslado de qualquer parte do mundo para o Brasil.

IDADE DO PROPONENTE	COBERTURAS	IMPORTÂNCIA SEGURADA			PRÊMIO MENSAL
		TITULAR	CÔNJUGE	FILHOS *	
até 65 anos	Morte Natural	50.000,	25.000,	5.000,	R\$ 34,07
	Morte Acidental	100.000,	25.000,	5.000,	
	Invalidez Permanente por Acidente	50.000,	0	0	
	Invalidez Permanente por Doença	50.000,	0	0	
65 a 70 anos	Morte Natural	5.000,	2.500,	500,	R\$ 14,07
	Morte Acidental	10.000,	2.500,	500,	
	Invalidez Permanente por Acidente	5.000,	0	0	
	Invalidez Permanente por Doença	5.000,	0	0	
70 a 94 anos	Morte Natural	500,	250,	50,	R\$ 10,47
	Morte Acidental	1.000,	250,	50,	
	Invalidez Permanente por Acidente	500,	0	0	
	Invalidez Permanente por Doença	500,	0	0	

* Filhos, enteados e menores considerados dependentes de acordo com o regulamento do Imposto de Renda

Informações na sede da Adunicamp, das 9h às 16h30, com Vera ou Myriana.